

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 47/2023**

**Reunião ordinária pública de 30 de outubro de 2023**

Ao trigésimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Juventude de Braga, situado na Rua Santa Margarida, nº 6, Braga., realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Antunes de Cunha Rodrigues de Sousa** (CDU). -----

Secretariou: Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, que, como **primeiro assunto**, aludiu que as chuvas torrenciais agravaram as condições de algumas escolas do concelho, como a Frei Caetano Brandão, onde, segundo o mesmo, houve uma infiltração muito grande, solicitando saber se vão ser feitas intervenções, que obras vão ser feitas, qual o estado do processo e o que está previsto para dar resposta às situações. De seguida, como **segundo assunto**, referiu não perceber o contrato / acordo da Agere para a ocupação de um camarote no estádio do Sporting Clube de Braga, questionando se é algo alargado a todo o Universo Municipal, e qual o critério e a necessidade que justifiquem estes gastos. Tomou a palavra o **Sr. Administrador da AGERE, Rui Morais**, que, em resposta ao **segundo assunto**, referiu que o contrato foi feito em 2004, há cerca de 20 anos, quando terminou a obra do estádio, e que por uma

questão de transparência, decidiram coloca-lo no Base.gov, agora que foi renegociado. De seguida, afirmou que o uso do camarote está destinado para os trabalhadores da AGERE com absentismo zero nos últimos meses, e não para a administração, sendo uma espécie de prémio, e que por época permite que cada trabalhador vá 4 vezes ao estádio. Ato contínuo, afirmou que há um retorno de imagem e um benefício que pode ser outorgado aos trabalhadores, pelo que se decidiu continuar o contrato, sendo que a única diferença, neste momento, é que o contrato está agora no Base.gov, algo que já deveria ter figurado no passado, por motivos de transparência e para que o mesmo possa ser escrutinado. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu achar estranho que se tardassem 10 anos para tornar claro o contrato do camarote. Referiu ainda que a pergunta foi feita para conhecimento dos bracarenses, e que a medida não cria coesão, havendo uma falta de equidade face a todas as empresas do universo municipal, sendo questionável o mérito da decisão para beneficiar o mérito ou a assiduidade. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que o facto de se estimular uma cultura de universo municipal, não significa que os funcionários da AGERE, que tem capacidades de aceder a outras condições, devam ser prejudicados para que se nivele por baixo as condições de todas as empresas municipais, sendo que o investimento representa cerca de 20€ por ida ao estádio, sendo o normal para qualquer ida a um jogo de futebol. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que narrou que, numa das reuniões passadas, foi mencionada a perda do financiamento da nova ETAR de Celeirós, que estava garantido, sendo que o PS julgava que tal tinha ocorrido por responsabilidade do município. Ato contínuo, afirmou que o presidente justificou, na altura, que a culpa não foi do município, mas da APA, que pediu documentos que não eram necessários. Ato contínuo, solicitou que esses documentos fossem enviados ao PS, para que fosse possível perceber o que se passou e por que motivo a APA fez o município incorrer em prejuízo. De seguida, mencionou que o documento que havia sido enviado pela AGERE não fazia referência a esses pedidos da APA que fizeram derrapar os prazos, solicitando clareza quanto aos motivos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou nunca ter dito que o financiamento estava perdido. De seguida, interveio o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que afirmou que o que havia sido dito é que o financiamento que já estava garantido, em concreto, havia sido perdido. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que afirmou que não foi isso que havia dito, e que houve um atraso na execução da obra, por um pedido de informação complementar da APA, e que, na pior das hipóteses, se o financiamento fosse perdido, poderia ser enquadrado num novo programa comunitário, mas que mesmo aquele não estaria perdido, mesmo que a obra não tivesse arrancado a tempo, porque havia outras formas de reavê-lo, nomeadamente através do equipamento que já estava contratualizado. Tomou

a palavra o **Sr. Administrador da AGERE, Rui Morais**, que referiu que a pessoa responsável esteve de baixa, que os fundos não estão perdidos, como já havia sido indicado por comunicação via e-mail, sendo que a ETAR está registada no plano de investimentos do governo para o 2030, e que os fundos foram antecipados, tendo existido a possibilidade da inclusão no 2020. Ato contínuo, sugeriu, aos vereadores e à Assembleia Municipal, a realização de uma reunião mais técnica para que se possa explicar os contornos dos acontecimentos. De seguida, referiu que, como já havia sido explicado pela AGERE, a APA, no meio do processo, com a mudança da legislação, foi necessária a atualização do estudo do impacto ambiental que havia sido feito inicialmente, no início de 2023, tendo sido entregue toda a documentação, sendo que a APA ainda está em processo de análise do estudo, não sendo uma questão de culpas, mas de processo, considerando as alterações legislativas. Referiu ainda que o próprio governo, através da Sr. Ministra Ana Abrunhosa e Mariana Vieira da Silva, já despoletou uma reunião com o PLCU e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para fazer a transição do quadro do 2020 para o quadro do 2030, sendo que neste momento se está à espera dessa mesma transição. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu não ser uma justificação clara, e que se está a trocar o certo pelo incerto, sendo que a justificação não lhe parece plausível, solicitando os comprovativos em que o financiamento reconhece as aquisições já realizadas e consideradas para cofinanciamento e comparticipação, para saber se a informação de que serão perdidos os fundos é correta ou não, e que não haverá um prejuízo neste processo com a perda dos 9.000.000,00 €. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que será mais fácil realizar as clarificações na reunião sugerida pelo administrador da AGERE, que terá todo o prazer em enviar as faturas, mas que a informação que tem é que a AGERE ainda não submeteu as informações para efeitos de cofinanciamento porque não é certo que seja isso que quer submeter e que enquanto o prazo não estiver esgotado irá avaliar que tipo de despesa será incluído. Tomou a palavra o **Sr. Administrador da AGERE, Rui Morais**, que afirmou querer clarificar que neste momento foi submetido todo o projeto em cerca de 1,5 milhões de euros e que tudo que são aquisições está a ser ponderado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte se vale a pena colocar neste quadro ou no seguinte, estando à espera de indicações do próprio governo, para saber se existe a possibilidade de ter um alcance maior, sendo que existindo essa possibilidade não interessa submeter agora essas aquisições porque não poderão ser alteradas. Referiu ainda que terá todo o prazer de enviar as faturas relativamente aos projetos, e que relativamente aos equipamentos se esperará até ao final do ano, na tentativa de ponderar um aumento do cofinanciamento. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que a AGERE tinha meios próprios para financiar o projeto, e que este atraso acarreta prejuízos ambientais muito graves, mas que

o Sr. Administrador sempre afirmou que não iria avançar sem os fundos comunitários. Tomou a palavra o **Sr. Administrador da AGERE, Rui Moraes**, que afirmou que foi assim que se conseguiu colocar a ETAR nos projetos do governo para o 2030 e vão tentar ampliar a percentagem dos fundos atribuídos, considerando que isso se trata de uma excelente gestão. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador da CDU, Vítor Sousa**, que, como **primeiro assunto**, referiu a existência de uma preocupação relativamente à escola Frei Caetano Brandão, e que segundo o que havia sido comunicado, a resolução do problema está dependente da execução do PRR, solicitando uma atualização das informações das escolas cujos projetos de requalificação estão dependentes do PRR e informação sobre os prazos previstos, os motivos dos atrasos. De seguida, questionou até quando vai a Câmara permitir estes atrasos e se há alternativas à execução do PRR, na eventualidade de os atrasos se prolongarem, afirmando que a Câmara Municipal terá de refletir e decidir como atuar nesta situação por sua conta. Como **segundo assunto**, questionou sobre o estado do pedido de informação escrita a propósito do projeto Supera, referindo não ter obtido resposta ao mesmo. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, resposta ao **primeiro assunto**, coincidente com o assunto apresentado pelo **Vereador do PS, Artur Feio**, referiu que até meados 2022, a Frei Caetano Brandão estava exclusivamente sob responsabilidade do Ministério da Educação, e que a Câmara Municipal tinha responsabilidade de fazer a sua manutenção corrente, não possuindo a responsabilidade de fazer a manutenção estrutural da mesma, sendo que a intervenção na escola é reivindicada pelos bracarenses há muito tempo, algo que não aconteceu. Prosseguiu para afirmar que quando houve a transferência de competências, a Câmara Municipal de Braga exigiu que as obras de intervenção estrutural das escolas contempladas nesse âmbito fossem integralmente financiadas pelo Ministério da Educação, compromisso que foi assumido pelo Ministro da Educação, o Primeiro Ministro e outros responsáveis do governo, que disseram que nenhuma Câmara de Municipal teria de pagar essas intervenções relativas a escolas envolvidas no processo de transferência de competências. De seguida, referiu que em Braga, inicialmente, apenas estavam indiciadas três escolas, sendo que a Frei Caetano Brandão foi depois referenciada por indicação da Câmara Municipal de Braga, faltando ainda definir a questão do financiamento, sendo que só em julho de 2023 houve a assinatura de um acordo entre o governo e Associação Nacional de Municípios, em que o governo afirma que para que as Câmaras Municipais não tenham de suportar os gastos com as intervenções, as mesmas serão enquadradas em sede de PRR, mas até ao momento ainda não abriu nenhum aviso, salvo um que abriu para o 2030, em que se dizia que não era para garantir o financiamento, mas a eventual entrada no PRR. De seguida, afirmou que existe uma perspetiva de

abertura do aviso do PRR, não sabendo qual vai ser o requisito, mas que já se avançou com o estudo prévio, que tem sido norma nestes processos, que está praticamente concluído, sendo que se está a aguardar por cada uma das etapas. Mencionou também que têm sido feitas intervenções de manutenção e que em alguns casos conseguem mitigar algumas circunstâncias e noutras, devido aos problemas estruturais, não têm surtido efeito. Em resposta ao **segundo assunto**, o **Presidente da Câmara** afirmou que terá sido um lapso, já que o PS fez um pedido idêntico e recebeu as informações logo de seguida, e que seria enviada uma resposta prontamente. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 24 de outubro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**1. Aprovação da ata n.º 45/2023, da reunião ordinária de 04 de outubro de 2023, e da ata n.º 46/2023, da reunião ordinária de 16 de outubro de 2023:** foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Ata n.º 45/2023 devolvida para retificação. Ata n.º 46/2023 aprovada por unanimidade.** -----

**2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2024 em 0,25% sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Braga, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e alínea o) do artigo 14º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur**

**Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

-----

**3. CPRAQ/3/23/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental em BTN, BTE, MT e IP.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (convite e caderno de encargos), tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

-----

**4. CPR/AQ/2/23/DCP - Aquisição de gás natural e gás propano a granel para o fornecimento das instalações do Município de braga (Lote 1).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (convite e caderno de encargos), tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

-----

**5. Desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal, com as áreas de 456,23m2, 8,04m2, 10,77m2 e 269,80m2, na Rua do Sardoal, Freguesia de S. Vitor, para posterior alienação ao requerente com vista ao aumento dos lotes 1, 2 e 3.** Foi apresentada a seguinte



proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal, com as áreas de 456,23m<sup>2</sup>, 8,04m<sup>2</sup>, 10,77m<sup>2</sup> e 269,80m<sup>2</sup>, na Rua do Sardoal, Freguesia de S. Vitor, para posterior alienação ao requerente com vista ao aumento dos lotes 1, 2 e 3, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**6. Direito de preferência na aquisição do imóvel sito no prédio do Bairro das Andorinhas, freguesia de São Vicente.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação no sentido de se exercer o direito de preferência na aquisição da fração C, tipologia T3, situada no prédio do Bairro das Andorinhas, n.º 13, R/chão Esq.º, freguesia de São Vicente, pelo valor de 98.000,00€ (noventa e oito mil euros), e se proceda à aquisição do imóvel por esse valor, de acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que, apesar de concordar com a aquisição, como não esteve envolvido no valor da negociação, o PS se iria abster da deliberação. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

**7. Classificação como Monumento de Interesse Municipal da Fonte De Santiago – União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade).** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de classificação como monumento de interesse municipal da Fonte de Santiago, situada na Rua da Boavista – União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**8. CPE.13.23. DMOSM - Empreitada de “Musealização da área das Carvalheiras - Área arqueológica, centro de interpretação e área envolvente” - Decisão de não adjudicação da empreitada.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a decisão de não adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP, tudo de acordo com os fundamentos e documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**9. CPE.19.23. DMOSM - Empreitada de “Musealização da área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente” – Proposta de abertura de procedimento.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de abertura de procedimento por Concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Código de Contratos Públicos, com vista à execução da empreitada de “Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente”, pelo valor base de €3.969.823,37 + IVA, e com o prazo de execução da obra de 18 meses, incluindo a aprovação das peças do procedimento e respetivo projeto de execução, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----



**10. CPE.07.22. DMOSM – Empreitada: Inserção da rede pedonal e ciclável no centro urbano de Braga - Variante da Encosta, Fraião - 3.ª Modificação - Aprovação da minuta da adenda ao contrato referente à 3.ª modificação objetiva ao contrato – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 19 de outubro de 2023, que aprovou a minuta da adenda ao contrato celebrado em 13 de outubro de 2023, referente à 3.ª modificação objetiva, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**11. CPE.07.22. DMOSM - Empreitada: Inserção da rede pedonal e ciclável no centro urbano de Braga - Variante da Encosta, Fraião – 4.ª Modificação objetiva do contrato / Adicional n.º 4. Trabalhos complementares. Aprovação da prorrogação do prazo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de autorização para a execução dos trabalhos complementares da empreitada referida em epígrafe, no valor global de 22.851,12€ + IVA, da aprovação da prorrogação do prazo por 5 dias, prevendo-se a sua conclusão até 09/11/2023, e da minuta do aditamento ao contrato.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**12. CPE.27.21. DMOSM - Pavimentação da rua de S. Martinho de Tibães: Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de aprovação de indemnização no valor de 16.479,45€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do

estaleiro, nos termos do previsto no artigo 354.º do CCP, na sua versão atual, e conforme a informação técnica e demais documentos que fazem parte integrante do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**

---

**13. CPE.05.23. DMOSM – Empreitada: “Praia Fluvial de Crespos” - Revogação do relatório preliminar e do relatório final de avaliação e ordenação das propostas – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 12 de outubro de 2023, que aprovou a proposta de revogação, nos termos do disposto no artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), do Relatório Preliminar de Avaliação e Ordenação das Propostas, com data de 05/09/2023 e respetivo Relatório Final, aprovado em 04/10/2023 por deliberação da Câmara Municipal, tudo em conformidade com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**

---

**14. CPE.05.23. DMOSM – Empreitada: “Praia Fluvial de Crespos” - Aprovação da Adjudicação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, nos termos do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, e consequente adjudicação da empreitada ao concorrente J.C.C.A., LDA, pela quantia de 749.500,00€, a que acresce o IVA à taxa em vigor, pelo prazo de execução de 240 dias, e ainda a aprovação da minuta do contrato, tudo em conformidade com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino**

**Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**15. Pedido de Transferência da Farmácia Brito do concelho de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pedido de transferência definitiva das instalações da Farmácia Brito, da Avenida da Liberdade, 777, União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), para a Rua dos Padres Carmelitas, 2 e 2B, União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, tudo de acordo com os documentos e informações constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**16. Pedido de parecer CCDR – Avaliação de Impacto Ambiental – Pedreira de Montariol.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de emissão de parecer desfavorável ao pedido de Avaliação de Impacto Ambiental formulada nos termos constantes da documentação que faz parte do processo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu que na prática existiam duas propostas, uma face aos elementos constantes na Avaliação de Impacte Ambiental, que não foi dada a conhecer, e outra que na prática propõe condições que a CCDR deve exigir ao titular da pedreira para conseguir o licenciamento, e que julgava não haver questões legais que assegurem que uma vez cumpridas essas condições o licenciamento fosse facultado, sendo algo fora das competências da Câmara Municipal. Referiu ainda que não acompanha a proposta do ponto de vista ético, pois trata-se de um processo longo com reiterados incumprimentos do titular da pedreira, não havendo uma penalização suficiente, sendo que, no seu entender, o processo merecia que a exploração fosse parada. De seguida, solicitou a separação dos dois conteúdos e informou que, se acudissem à sua proposta, votaria a favor do indeferimento e se absteria quanto à segunda parte.

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que o parecer define as regras e os requisitos que podem inverter a decisão da Câmara, sendo importante que os mesmos sejam transmitidos e que, por isso, as duas propostas não poderiam ser separadas. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que afirmou que o proprietário atual da licença é diferente do que deteve a mesma durante 40 ou 50 anos, pelo que o argumento não vinga e que ou a pedreira opera da forma expressa no parecer, ou o espaço corre o risco de ficar como se encontra para a eternidade. Afirmou também que daí resultava o parecer desfavorável, pois deixa a porta aberta, mediante certas condições, para a conceção. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que afirmou que a Câmara Municipal utilizou uma informação técnica, e fez um trabalho além do normal, colocando uma decisão e apontando, de forma questionável, o caminho, como se esta fosse uma decisão desfavorável condicional, que se baseia numa informação técnica que não contou com o contributo do PS, informando que se iriam abster. **Deliberado aprovar a proposta de emissão de parecer desfavorável por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

17. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito no Lugar de Aldonça, Cancela, Quebrada ou Campo de Baixo, Rua de Quebrada, União das Freguesias de Vilaça e Fradelos, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 24/19860901, inscrito na matriz de natureza urbana sob os artigos n.º 43, 44 e 45 e na matriz de natureza rústica sob o artigo 347.º. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

18. Adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Cavalaria nº 6 e Câmara Municipal de Braga – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Exército Português - Regimento de Cavalaria nº 6 e Câmara Municipal de Braga, tudo de acordo

com o documento em anexo.” **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

**19. Contrato de dinamização cultural - Tuna de Ciências da Universidade do Minho – Azeituna.**

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o contrato de dinamização cultural, que tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro à Tuna de Ciências da Universidade do Minho - Azeituna no valor de 7.500,00€, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**20. Contratos Interadministrativos de delegação de Competências - Freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de S. Victor, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Trabalhos de Conservação da Sede da Junta da Freguesia S. Victor”, no valor de 1 717,20€.; **b)** Junta de Freguesia de Tadim, para execução da obra denominada “Obras de Edificação de Cobertura Escolar na EB 1 de Tadim”, no valor de 58 604,44€; **c)** Junta de Freguesia de Adaúfe, para execução da obra denominada “Alargamento da Rua das Escadinhas”, no valor de 15.627,26€. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**21. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 152.386,48€, para apoiar a “Ampliação do Cemitério de Celeirós”; **b)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 6 150,00€, para apoiar a “Elaboração dos projetos de arquitetura e estudo de viabilidade de Creche em Lamações”; **c)** União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, no valor de 11 008,00€, para apoiar a “Construção de Miradouro e Eco Parque de Santa Catarina”; **d)** Junta de Freguesia de Espinho, no valor de 22 315,43€, para apoiar a “Reforço de

Verba - Execução do Passeio e Águas Pluviais Junto à EN 309 na Av. <sup>a</sup> Imaculada Conceição”; **e)** Junta de Freguesia de Adaúfe, no valor de 10 000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura de 9 lugares para transporte de idosos e crianças”; **f)** Junta de Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 6 678,00€, para apoiar a “Substituição da iluminação do Pavilhão Desportivo de Mire de Tibães”; **g)** Junta de Freguesia de Tadem, no valor de 1 780,80€, para apoiar a “Balcão para CTT e Espaço Cidadão na Junta de Freguesia de Tadem”; **h)** Junta de Freguesia de Gualtar, no valor de 2 120,00€, para apoiar a “Colocação de bases para mesas de piquenique na EB1 de Gualtar”; **i)** Junta de Freguesia de Ruílhe, no valor de 233,20€, para apoiar a “Limpeza do terreno do Ruílhe Park”; **j)** União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua Edgardo Sá Malheiro - Ferreiros”; **k)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente), no valor de 2 684,37€, para apoiar a “Substituição/Manutenção de equipamentos no Parque Infantil - Penso (Santo de Estêvão)”; **l)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura para a unidade local de proteção civil”. **m)** União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz, no valor de 10.759,00€ + IVA, para apoiar o Percorso Pedestre “Pelo Vale do Cavado” e “Trilho da Serra dos Carvalhos” ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º “e da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”

**Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**22. Outras isenções/reduções/taxas.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, ara posterior conhecimento da Assembleia Municipal os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º - reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal - mapa em anexo. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

**23. Pedido de isenções – Indeferimento.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar o indeferimento por unanimidade.** -----



**24. Campanha extraordinária de apoio à esterilização de animais de companhia do Município de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Campanha de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia do Município de Braga, cujo valor total do apoio é de 20.000,00€, em harmonia com as atribuições e competências previstas nas alíneas jj) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -**

-----

**25. Ratificação de declaração emitida com vista ao pedido de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública pela Associação *Native Scientists*.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da declaração emitida pela Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal, a 11 de outubro de 2023, considerando a urgência extraordinária no envio da mesma, no sentido de ser emitido parecer positivo ao pedido de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública pela Associação *Native Scientists*, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado ratificar por unanimidade. -----**

-----

**26. Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade-----**

-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público, tendo-se registado a ausência de todos os cidadãos inscritos para intervir na reunião. -----

-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

-----

**ENCERRAMENTO:** às 10h40 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Nuno Miguel Diogo Fonseca, Técnico Superior da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

-----